

8 DE SETEMBRO DE 2020 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 558/18, restando prejudicado o projeto.

2 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara o voto contrário da bancada do PSOL.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 799/19, restando prejudicado o projeto.

4 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Para comunicação, diz ser este seu primeiro projeto aprovado. Agradece a todos pela aprovação. Destaca a importância do projeto, que prevê apoio aos servidores que denunciam casos de corrupção.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1186/19.

6 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para comunicação, demonstra sua indignação com o Governo do Estado e com o secretário estadual de Educação por permitirem o retorno das aulas presenciais. Destaca a importância da escola. Esclarece que neste momento a maior responsabilidade é a defesa da vida. Ressalta que crianças são comprovadamente vetores potenciais de transmissão do coronavírus. Pede bom senso do governador e do secretário.

7 - TENENTE NASCIMENTO

Para comunicação, parabeniza o deputado Adalberto Freitas pela aprovação de seu projeto. Informa que o mesmo se encontra em recuperação do coronavírus. Agradece a todos pela aprovação do projeto.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 1. Em discussão o Projeto de lei nº 558, de 2018, anexo ao PL 796/19. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável da Comissão de Finanças.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado os projetos 558/18 e 796/19.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Declarar voto contrário da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário da bancada do PSOL.

Item 2. Em discussão o Projeto de lei nº 799, de 2019. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com pareceres favoráveis.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - O Projeto de lei nº 799, de minha autoria, passou pelas comissões, aprovado neste momento na Assembleia. Meu primeiro projeto nesta Casa.

Agradeço ao presidente, ao relator e aos demais colegas das comissões e que hoje votam no projeto.

Muito importante esse projeto porque dá respaldo aos servidores que denunciam casos de corrupção, os bons servidores, que trabalham com honestidade, probidade e trabalham por nosso Estado e por nosso País.

Agradeço a todos, mais uma vez. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 3. Em discussão o projeto de lei do deputado Adalberto Freitas, Projeto de lei nº 1186/19. Coloco em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pequena comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para uma comunicação.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada. Eu chamo a atenção dos deputados e das deputadas para expor um pouco a minha indignação com o Governo do Estado de São Paulo, sobretudo o secretário da Educação Rossieli Soares, no que diz respeito à volta às aulas.

Eu sou capaz de entender a importância da escola, entendo a responsabilidade de ambos, mas a maior responsabilidade neste momento é a defesa da vida. As crianças, está cientificamente comprovado que elas são vetores, potenciais vetores de transmissão desse vírus.

O estudo do Instituto dos Arquitetos do Brasil demonstra que, se abertas as salas de aula, nós teremos oito milhões de pessoas a mais na rua. Significa o Paraguai inteiro, Dra. Janaina, o país. Então, se eles estão isolados, para que colocá-los na zona de risco? Eu chamo o bom senso do governador e do secretário Rossieli.

Muito obrigada, deputado.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra V. Exa., deputado.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Venho fazer a seguinte comunicação, parabenizar o deputado Adalberto Freitas, nosso colega, pelo projeto aprovado nesta Casa, tendo em vista que o nosso companheiro foi positivado, está se cuidando da questão da Covid.

Queremos também, em nome da bancada do PSL, agradecer a todos os pares pelo importante projeto aprovado nesta Casa.

Muito obrigado, presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado. Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão. Boa noite a todos.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.

* * *

9 DE SETEMBRO DE 2020 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e FREDERICO D'AVILA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - RICARDO MELLÃO

Compara o PL 529/20 com a história do Cavalo de Troia. Diz concordar com o engajamento do Estado, para que o mesmo seja mais eficiente e mais focado. Defende a liberdade e o liberalismo. Lê e comenta diversos trechos do projeto que tratam sobre o ICMS. Crítica a renovação de benefícios fiscais. Menciona que o governo não explica quais empresas e setores são beneficiados, citando no artigo uma autorização para a não discussão desta renovação. Lamenta que o projeto permita o aumento de alíquotas, hoje abaixo de 18%, conforme definição apenas do governo estadual. Afirma que o projeto pode se transformar em uma grande conta a ser paga pela população do Estado.

3 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discorre sobre a Saúde Pública na periferia de São Paulo. Cita reunião, realizada com o secretário de Saúde, para discutir a situação de UBSs na região. Afirma que diversas casas apresentam situações precárias, não tendo condições de serem postos de saúde. Exibe as imagens de algumas UBSs visitadas pelo deputado. Comenta a necessidade de construção de novas unidades de Saúde adequadas para a população na zona leste da cidade.

4 - CARLOS GIANNAZI

Considera um fracasso a adesão dos municípios à Resolução nº 61 do governo estadual, que permite a volta às aulas presenciais no Estado. Afirma que a sociedade está tendo consciência da gravidade da situação. Cita matéria da "Folha de S. Paulo", que diz ser o Brasil um dos países com mais tempo sem aula. Discorre sobre a superlotação das salas, que é um dos parâmetros críticos para a retomada das aulas. Menciona um projeto de lei, de sua autoria, que acaba com a superlotação de salas. Pede o apoio dos deputados para a aprovação do mesmo. Lembra a Lei nº 15.830, aprovada nesta Casa, que estipula o máximo de 20 alunos para classes que possuem alunos com algum tipo de deficiência.

5 - CASTELLO BRANCO

Lembra o aniversário de falecimento de Henrique José de Souza, em 1963, que considera um grande cidadão e filósofo. Demonstra sua alegria ao ouvir o pronunciamento do deputado Ricardo Mellão, do Novo, contra o PL 529/20. Diz ter visitado esta semana as universidades estaduais, que serão prejudicadas com a aprovação deste projeto. Afirma que o projeto poderá ser pautado a qualquer momento a partir do dia 15/09. Considera este momento inoportuno para a tramitação do projeto, em razão da pandemia e das eleições. Considera os desdobramentos do projeto muito negativos.

6 - JANAINA PASCHOAL

Discorre sobre sua atuação anterior como advogada. Defende as prerrogativas dos advogados. Crítica a afirmação, pela OAB, de que a advocacia está sendo criminalizada. Ressalta diversas funções dos advogados. Esclarece que, quando advogados usam a sua carteira para lavagem de dinheiro, esquemas e compra de ministro, acabam com a dignidade de suas carreiras. Demonstra seu apoio à Lava Jato. Diz se sentir representada por esta operação.

7 - FREDERICO D'AVILA

Assume a Presidência.

8 - CORONEL TELHADA

Posiciona-se contrariamente ao PL 529/20. Defende o fim do estado de calamidade em São Paulo. Solicita que sejam retomados os concursos públicos para a área de Segurança Pública. Destaca o aumento da criminalidade e a falta de funcionários. Parabeniza a cidade de Nuporanga pelo aniversário. Informa serem comemorados hoje o Dia do Veterinário e o Dia do Administrador. Cita o falecimento, ontem, de general das Forças Armadas, vítima da Covid-19. Crítica o Superior Tribunal de Justiça por colocar em liberdade mais de 1.100 condenados por tráfico de entorpecentes. Comenta que os mesmos se enquadram no tráfico privilegiado. Diz ter vergonha da Justiça, que solta os criminosos que a polícia prende.

9 - ED THOMAS

Parabeniza a cidade de Presidente Prudente pelos 103 anos, a serem completados no próximo dia 14. Lembra a chegada de seus pais à cidade. Declara o seu amor e respeito pela cidade, capital do Oeste paulista. Lamenta a falta de investimentos na região, apesar da alta produção em diversos segmentos. Afirma que tudo o que se come aqui próximo à Capital é produzido no interior. Diz ter feito pedido ao presidente Jair Bolsonaro que investisse a mesma quantia investida no Vale do Ribeira também no Oeste do Estado. Agradece o apoio do deputado Frederico d'Avila.

10 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

11 - GIL DINIZ

Deseja recuperação a chefe de gabinete da deputada Valéria Bolsonaro. Lamenta um incêndio de grande proporção na região de São João da Boa Vista, há cinco dias sem controle. Diz ter feito contato com o ministro Ricardo Salles, que tomará providências. Pede mais atenção das autoridades do estado de São Paulo. Parabeniza o Corpo de Bombeiros pela atuação.

12 - FREDERICO D'AVILA

Exibe imagem do irmão do ouvidor da polícia, hoje vereador em Mogi das Cruzes, que foi preso por carregar mala de dinheiro. Menciona deputado, desta Casa, cassado por ligações com o PCC. Afirma que a Ouvidoria da polícia deve ser extinta ou modificada. Mostra imagem da apreensão de dez milhões de reais em cocaína em helicóptero. Considera que o piloto e outros envolvidos podem ser liberados por tráfico privilegiado. Lamenta a libertação de criminosos, o que promoverá a desestabilização da segurança da população. Exibe fotos da visita, realizada juntamente com o presidente Jair Bolsonaro, ao Vale do Ribeira. Agradece todo o apoio nesta missão.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre editorial da "Folha de S. Paulo", que fortalece as teses defendidas pelos governos estadual e federal. Comenta afirmativa do editorial que o não retorno às aulas coloca em risco a desnutrição das crianças. Defende a bolsa merenda para todos os alunos. Informa que o governador atendeu apenas 700 mil alunos. Ressalta que grande parte das crianças não tem acesso à educação a distância. Esclarece que o governo deveria aplicar recursos para democratizar o acesso à internet para professores e alunos da rede estadual. Defende a não abertura das escolas em 2020. Pede que neste período o governo crie um programa de reformas de escolas para garantia de melhores condições no retorno às aulas.

14 - GIL DINIZ

Lamenta a decisão da Justiça em liberar mais de mil presos por tráfico de drogas. Considera que no Brasil o crime compensa. Exibe vídeo de menino engraxate que comprou presente de dia dos pais e acabou ganhando relógio do dono da loja. Informa que o dono da relojoaria foi denunciado ao Ministério Público por incentivo ao trabalho infantil. Ressalta que começou a trabalhar com 11 anos, entregando leite na Vila Mariana. Parabeniza o menino engraxate do vídeo que já sabe o valor do trabalho. Repudia a atuação do promotor.

15 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Nós temos oradores inscritos para o Pequeno Expediente, sendo o primeiro inscrito o deputado Ricardo Mellão. Vossa Excelência tem o tempo regimental. Por gentileza.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Srs. Deputados aqui presentes, assessoria, nossos grandes policiais militares que fazem a nossa segurança da Casa.

Eu queria hoje iniciar os debates a respeito do Projeto de lei nº 529 e trazer um alerta. Não sei se vocês se lembram da história, os que costumam estudar mais a História mundial, lembram o livro "Odisséia", de Homero, que contava a história do Cavalo de Troia. Um grande cavalo de madeira, construído pelos gregos, e entregue de presente aos troianos para poder adentrar naquela cidade fortificada que era Troia.

Dentro daquele cavalo, estava o inimigo, em formato de presente. Só que, com aquilo, eles conseguiram adentrar na cidade de Troia, as tropas gregas.

Assim acabaram vencendo aquela guerra. O mesmo se dá com esse Projeto de lei nº 529. Principalmente para nós, liberais do Novo, ele, embaldado em formato de reforma administrativa, propõe engajamento da máquina, extinção de empresas, venda de terrenos, concessões de parques, engajamento de fundações. Ou seja, prometendo que teríamos, que teremos um estado mais eficiente, mais focado naquilo que é essencial.

Tem também outras questões, de realocações financeiras, necessárias diante da crise fiscal que nós estamos vivendo, com queda de arrecadação. Mas não vou me debruçar sobre esses pontos, dos quais, grande maioria deles eu concordo com o deputado defensor da liberdade, do liberalismo que sou.

Mas eu queria adentrar na parte tributária. Existe um capítulo específico para falar - alguns capítulos, na verdade - para falar de alguns impostos, mudanças de base de cálculo, falar de IPVA e ITCMD. Mas eu queria focar, até pelo pouco tempo que tenho aqui, na questão do ICMS, que é o capítulo VIII deste projeto de lei, o Art. 24, inciso I. O que ele fala, claramente?

"Fica o Poder Executivo autorizado a:

I- renovar os benefícios fiscais que estejam em vigor na data de publicação desta lei, desde que previstos na legislação orçamentária, etc..."

São aqueles benefícios fiscais que todos nós conhecemos. Muitos deles, ocultos, embaldados pelo sigilo fiscal, que não conseguimos saber para onde vão, para que empresas e setores estão indo.

Ou seja, estamos dando um cheque em branco para eles renovarem, sem passar por esta Casa de representantes da população, para se analisar a razão desses benefícios, por que eles foram concedidos e por que eles seriam renovados.

Ou seja, o inciso II já permite isso. Já dá uma autorização para que não se discuta essa renovação nesta Casa. Temos diversos deputados que questionam essa questão dos benefícios. Inclusive já pedimos e fizemos requerimentos solicitando que se revele onde estão sendo gastos. E nós temos sempre respostas evasivas.

Temos o inciso II, que dá uma autorização. Esta Casa abre mão do poder de discutir essas questões tributárias e passa ao Executivo para definir como ele vai reduzir os benefícios fiscais e financeiros relacionados ao ICMS, na forma do Convênio nº 42, de 3 de maio de 2016.

Só que, detalhe, parágrafo único, ele diz o seguinte. "Para efeito dessa lei, equipara-se a benefício fiscal a alíquota fixada em patamar inferior a 18 por cento." Sabem o que isso significa? Que esse projeto é um grande Cavalo de Doria, fazendo uma analogia ao Cavalo de Troia que mencionei no início do meu discurso.

Ele considera qualquer alíquota existente, no estado de São Paulo, de ICMS, abaixo de 18%, benefício fiscal. E pede a esta Casa um cheque em branco para poder subi-la da forma como ele gostaria, sem ter a devida discussão nesta Casa.

Aí nós temos: carne e farinha de trigo, 12 por cento. Está baixo. Ou seja, ele pode aumentar ao bel-prazer dele. Medicamento genérico, 12 por cento. Ovo, 7 por cento.

Agora eu pergunto: e os que estão acima de 18 por cento? Já que o que está abaixo de 18%, que seria a alíquota modal de ICMS, é considerado benefício fiscal, e os que estão acima, como o serviço de comunicação, 25 por cento? Energia elétrica, se for consumo acima de 200 kWh, 25 por cento. Qual é o nome disso? Confisco? Achaque à população?

Ou seja, se fomos aprovar o texto do jeito que está, com esse artigo colocado na íntegra, estaremos dando um cheque em branco para o governo de São Paulo negociar, ao bel-prazer,

que alíquotas do ICMS ele vai aumentar. O ICMS que incide em quem? Naqueles que consomem produtos como eu citei, básicos e essenciais, extremamente necessários.

Ou seja, temos um grande Cavalo de Doria que pode se transformar, empacotado de reforma administrativa e enxugamento do estado, ele pode se transformar numa grande conta dessa crise, que a população que mais sofreu com ela é que vai arcar com o preço disso.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado Ricardo Mellão. Seja bem-vindo à resistência.

Próximo deputado, deputado Dr. Jorge Lula do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente,

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, público aqui presente, venho a esta tribuna para falar da Saúde Pública.

Ou melhor, da falta dela, especialmente na periferia da cidade de São Paulo. Eu que sou um deputado da zona leste, extremo da zona leste, da periferia, a nossa luta tem sido incansável em defesa da Saúde Pública. Especialmente nesse período bastante complicado de coronavírus, de Covid-19.

Na segunda-feira que antecedeu o feriado, eu estive na Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, reunido com o secretário de Saúde, Edson Aparecido. Estava também presente o vereador Senival Moura, de São Paulo.

Fomos lá junto com algumas lideranças, conselheiros gestores de Saúde, da região leste e também da zona norte da cidade de São Paulo, para falar com o secretário exatamente das UBSs, das Unidades Básicas de Saúde daquela região.

Existem casas lá que não têm a menor condição de ser uma UBS, um posto de Saúde. Locadas, de forma totalmente precário o atendimento. Mas a Secretaria de Saúde insiste em entender que aquilo são UBSs, Unidades Básicas de Saúde. Queria que apresentassem as imagens, só para ver exatamente a dificuldade que as pessoas têm.

Fui na Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, numa reunião com o secretário. Ai ele foi numa visita, numa das unidades, lá na Vila Prudente, onde as pessoas querem construir perto da comunidade Jacaraípe. Tem uma luta muito grande por uma construção de Unidade Básica de Saúde. Isso aí foi hoje.

O secretário Edson Aparecido esteve no Jardim Bandeirantes, no extremo da zona leste, divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos. Essa UBS, só vindo para crer, a falta de condições.

Aí é a da Vila Prudente, aquela que acabei de falar. Santa Luzia, uma unidade locada, extremamente precária, que precisa ser construída. Lá tem um terreno reservado, recurso do BID, graças a Deus.

Jardim Vitória, na Cidade Tiradentes. Uma área irregular. Jardim Fontalis, também na zona norte. Passou também o Jardim Robru. A reunião foi bastante proveitosa, com o secretário.

Também ficamos sabendo que há recursos do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, para construir essa unidade no Jardim Vitória, Cidade Tiradentes. Vai desapropriar um terreno e vai construir. Graças a Deus, tem recurso do BID para construir essa unidade lá.

No Jardim Bandeirantes, onde fomos hoje, nem sequer o terreno tem. Tem um imóvel que foi indicado pela comunidade. O secretário vai verificar a possibilidade de transferir esse imóvel para a Secretaria Municipal de Saúde para construir a Unidade Básica de Saúde naquela região, que é tão necessária.

Na Vila Prudente, como já falei, tem um terreno na rua Rio Duas Barras com a avenida Francisco Mesquita. Também é uma área da Cohab. A Cohab pretende transferir esse terreno para construir uma Unidade Básica de Saúde. E o Jardim Robru, que fica uma área na rua Teodoro Bernardo do Nascimento, também um terreno público, para transferir para a secretaria.

Lá no Itaim Paulista, nós temos a possibilidade de construir a atual, que é uma UPA, que é Unidade de Pronto Atendimento, para atender toda aquela região do Itaim, que está muito precário o atendimento por falta de Unidades Básicas de Saúde adequadas.

A UBS Santa Luzia, também um imóvel locado, extremamente precário o atendimento. E tem também uma indicação de um terreno, segundo o secretário. Até o final do ano vai fazer o processo de licitação para que a população daquela região consiga ter lá uma Unidade Básica de Saúde adequada. A previsão, segundo ele, é de que no mês de janeiro de 2021 iniciará a obra, se tudo correr bem. Essas são informações importantes.

É uma luta bastante árdua da população, dos conselheiros em gestão de Saúde, padres, pastores, as lideranças políticas e comunitárias da região. E tanto este deputado que vos fala, quanto o vereador Senival Moura, em São Paulo, temos insistido e persistido com a Secretaria de Saúde do município, com o prefeito da cidade de São Paulo, para que possamos construir unidades básicas de saúde adequadas para aquela região, para toda a cidade, mas em especial para a região mais periférica da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Dr. Jorge. Próximo deputado, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Próximo deputado, deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, ainda sobre a volta às aulas no estado de São Paulo, que foi anunciada pela Resolução nº 61, e que se daria na data de ontem, quero dizer que foi um verdadeiro fracasso.

Até porque, de uma certa forma, a sociedade está tendo consciência da gravidade da situação, e não atendeu aos interesses econômicos das escolas particulares, da Fiesp, da Associação Comercial. Dos 645 municípios, apenas 128 aderiram à Resolução 61, famigerada e genocida Resolução 61, de 2020. Publicada no Diário Oficial, na semana passada, pelo governo Doria.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de comentar uma matéria da "Folha de S. Paulo". A capa principal hoje, a principal matéria da capa da "Folha de S. Paulo", que diz o seguinte: "Brasil é dos países com mais tempo sem aula", diz o OCDE. Daí ela cita um dado importante, que é um antigo debate que já fazíamos na Assembleia Legislativa, mas praticamente em todo o Brasil.

Ela diz o seguinte: "Segundo o estudo, a quantidade de alunos por sala é parâmetro crítico para a retomada das aulas, devido ao distanciamento social, e o país vai mal nesse quesito".

Entre tantos quesitos, o Brasil também sempre foi mal nesse quesito, porque um dos grandes dramas da Educação, sobretudo pública do Brasil, em especial no estado de São Paulo, sempre foi e continua sendo a superlotação de salas. Da rede estadual, das redes municipais, e até de muitas escolas particulares também, que visam lucro e superlotam salas.

Escolas que, inclusive, cobram mensalidades caríssimas. Tem muita gente reclamando de superlotação, pais e professores. Essa é uma situação que já denunciamos exaustivamente, e apresentamos propostas.

Tenho um projeto de lei, que já está pronto para ser votado, já foi aprovado em todas as comissões da Assembleia

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

• livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

• Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO